

EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DESAFIO DO PROFESSOR DE ENSINAR SEM DIFERENCIAR

Maria Rita Paula da Silva

Doutoranda em Teologia pela Escola Superior de Teologia (Faculdades EST) em São Leopoldo/RS, Brasil. Bolsista da CAPES. Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção- UAA Paraguai, revalidado na UFPE. Mestra em Teologia pela Faculdades EST. Orientadora Pedagógica da E.E.Almirante Barroso em Santana-AP. Professora do AEE na E.M.N.S.C. Conselheira do Conselho Municipal de Educação (CMES)-Santana-AP. E-mail: mrmariapaula@hotmail.com

Terezinha de Jesus Martins de Sena

Doutoranda em Teologia pela Escola Superior de Teologia (Faculdades EST) em São Leopoldo/RS, Brasil. Bolsista da CAPES. Mestra em Teologia pela Faculdades EST. Professora de Língua Portuguesa na E.E.Almirante Barroso em Santana-AP. E-mail: terezinhasena@bol.com.br.

Resumo: Esse estudo parte de uma análise que fundamenta em uma proposta de ensino em que: a diferenciação seja apenas para atender as especificidades do aluno com necessidades educativas especiais e não o meio para promover um processo educativo assistencialista, contradizendo a legislação que rege a educação especial no Brasil. Nesse sentido, tem como objetivo apontar as controvérsias existentes sobre a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais e a prática pedagógica docente. Vale ressaltar que essa proposta de análise, é uma abertura para que se criem possibilidades, na formação de todos os envolvidos que trabalham com alunos/as que possuem qualquer tipo de deficiência e estejam em instituições escolares ou no meio social. Dentre essas questões um dos pontos cruciais para as discussões nos diz respeito à formação dos docentes para educarem dentro de uma diversidade de situações encontradas em sala de aula. Desta forma, será necessário que não só os docentes revisem suas práticas em cursos, mas que as leis sejam respeitadas na prática, assim como planejamento por parte dos governos para uma melhoria na qualidade. Tendo em vista que os alunos especiais merecem oportunidades, que para se tornar um cidadão ou uma cidadã no seu meio social e que respeitem sua identidade, e seus direitos. Enfatizando que a inclusão só pode ser efetivada de fato se houver sensibilidade de todos e o entendimento de que o diferente pode contribuir como um elemento significativo e criativo. Entretanto, precisa-se de investimentos na formação continuada do professor, assim como a oferta de condições básicas de trabalho para o mesmo Metodologicamente esse estudo está fundamentado em uma pesquisa bibliográfica com leitura e análise de artigos, periódicos, teses, dissertações e livros disponíveis na internet e em biblioteca particular.

Palavras-chave: Inclusão escolar, formação de docentes, investimentos.

Introdução

Considerando uma discussão importante pertinente a educação especial sobre como ensinar sem diferenciar, e assim fazer do processo de ensino aprendizagem um momento de socialização, de desenvolvimento cognitivo, emocional e espiritual, configura-se como um momento importante no cenário educacional brasileiro.

Seguindo este raciocínio, é imprescindível reconhecer que a escola ainda tem um

papel fundamental para a formação do cidadão/ã, independente da sua classe social ou das suas dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, este estudo tem como objetivos: questionar como construir uma proposta de ensino e aprendizagem sem que ocorra uma diferenciação e conseqüentemente a exclusão, seja do aluno/a com deficiência, dos demais educandos/as, e analisar as condições do professor/a que não se sente motivado e nem preparado para ensinar o aluno/a com necessidades educativas especiais. A metodologia usada será uma pesquisa Bibliográfica embasada em vários autores que discutem o tema em questão.

Justifica-se então que ensinar deve ser entendido como uma ação coletiva e em constante construção, devendo acima de tudo primar por uma proposta que viabilize o desenvolvimento da solidariedade, do amor, da inteligência, da criatividade, da descoberta, da capacidade de superação e das dificuldades, diante de qualquer deficiência ou situação que impede a escola de tornar-se um pólo de inclusão social.

Nessa perspectiva apresentamos neste trabalho as reflexões de pensadores/a e pesquisadores/a brasileiros/as sobre o processo de inclusão escolar, mas particularmente sobre a necessidade de dar ao docente a possibilidade de realizar uma reflexão crítica sobre a sua prática pedagógica, bem como as discussões que apontam que é possível sim ensinar levando as diferenças em consideração, desde que exista uma autonomia no processo de ensino e aprendizagem entre alunos/as e professor/a.

1. Panorama da educação inclusiva a partir da declaração de Salamanca

A educação inclusiva no âmbito da educação das pessoas com necessidades educativas especiais no Brasil é um tema que vem sendo discutido desde o início dos anos de 1990. Particularmente, pelo fato de termos um processo educacional ao longo da história do país, pensada e instituído apenas para atender uma pequena parcela da sociedade. Contudo, os alunos/as que não se “ajustavam” a esse modelo de ensino, eram excluídos da escola regular, mas especificamente aqueles que apresentavam algum tipo de “deficiência”.

Esta marginalização sofrida pela pessoa com deficiência, só mudou a partir da iniciativa dos próprios pais, que reunidos em associações, passaram a exigir do poder público, a “inserção” da pessoa com deficiência na escola regular de ensino. A esse propósito surge assim, a educação especial com objetivo de agregar uma pequena parte desses alunos, mas até então não se pensava em uma escola para todos e muito menos em inclusão atendendo as suas necessidades educacionais. É somente a partir dos anos de 1990, que ocorre uma alavancada na educação inclusiva, através da Declaração de Salamanca.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de

aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (BRASIL, 1994, p. 01).

Nesse sentido, a Declaração de Salamanca vem assegurar direitos que já estavam previstos na Constituição Federal de 1988, “garantindo a todos os cidadãos sem exceção os direitos sociais, estabelecendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Sendo assim, infere-se que as escolas têm a obrigação de reconhecer e responder às variadas necessidades do aluno, além disso, a Declaração de Salamanca oportuniza um espaço para aqueles que não se enquadravam no modelo antigo de educação, no qual, somente os indivíduos vistos como normais tinham um lugar assegurado nas escolas regulares.

Aqui é necessário entender que é importante que o aluno/a com deficiência, deva participar da vida comunitária, segundo SASSAKI “O processo de inclusão na educação, no lazer, no transporte, quando isso acontece, pode falar em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos” (SASSAKI, 1997, p. 42), promovendo a integração do aluno com a sociedade.

Tanto nas instituições pública como privada de ensino ainda existe uma série de fatores de caráter pedagógicos, de estrutura física e humana que nos impedem de afirmar que o Brasil cumpre os pressupostos assinalados nos documentos internacionais sobre um processo de inclusão educacional que estimule a autonomia da pessoa com deficiência. Para Mantoan, uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil “na escola inclusiva professores e alunos/as aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (MANTOAN, 2006, p. 24-26).

Assim, as práticas de inclusão escolar apresentam-se de modo restrito e, conseqüentemente, com poucas condições de realizar um ensino inclusivo em sua totalidade. De acordo com Ferreira (2010, p. 93) “[...] incluir é o mesmo que compreender, que por sua vez, quer dizer entender, alcançar com inteligência”, pois negligenciando muitas vezes os direitos desses educandos em um desenvolvimento e participação efetiva na sociedade. Aliado

a isso, é rotineiro presenciarmos dúvidas, incertezas e até resistências por parte de professores, pais e comunidade em geral para lidar com o aluno que possui qualquer necessidade educativa especial em uma classe regular.

E ainda para Mantoan;

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe a todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar junto com, é interagir com outro (MANTOAN, 2006, p. 96).

Para tanto, ao se realizar um levantamento bibliográfico da educação especial no Brasil, observa-se que o processo educacional ainda necessita se organizar com ações que elimine a exclusão, pois se percebe que algumas instituições seja ela escolar ou comunitária se fundamenta em uma base de ensino assistencialista ou filantrópico. Desta forma estas instituições se propõem apenas a realizar um ensino de caráter terapêutico, ao invés de atuarem com proposta educativa que sustente a autonomia de aprendizagem e a independência social desse educando/a.

2. Necessidade de investimento na formação continuada do professor

O processo de formação continuada do professor da educação básica é um tema em debate desde o início dos anos de 1990, quando se verificou a importância da figura docente na sistematização de um processo de ensino com qualidade e igualdade de oportunidades. Para LIMA “É essencial que os professores/as reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças” (LIMA, 2006, p. 123). A formação continuada do professor/a deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas (GADOTTI, 2003).

Dessa maneira, não se trata apenas de investir na oferta de conhecimento teórico, é necessário dar condições pedagógicas, didáticas e de infraestrutura material para que ele desenvolva o seu trabalho docente com o objetivo de mudar o processo de ensino e aprendizagem do aluno/a com necessidades educativas especiais. A formação continuada do

professor/a deve ser um compromisso do poder público, isto é, uma forma de valorização da profissão docente, pois sem docência não existe discência (FREIRE, 1996).

Apesar dessa necessidade, os programas de formação têm fraca intervenção na formação para a diversidade e apresenta algumas estratégias que os bons professores e formadores idealizam para aperfeiçoar a formação no intuito de ensinar alunos oriundos de minorias étnicas e linguísticas: a) expectativas elevadas com relação ao desempenho do aluno; b) criar uma ponte entre acultura da casa e a escola conhecer o aluno, sua inserção cultural; c) aprimorar o saber dos professores (devem possuir conhecimentos socioculturais gerais sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, sobre a maneira como as circunstâncias socioeconômicas, a língua e acultura modelam o desempenho e o sucesso escolar, dentre outras); d) conhecer várias estratégias de ensino (ZEICHNER, 1993, p. 13).

Apostar seriamente na formação continuada docente como uma forma de instituir o processo de inclusão de caráter emancipatório não apenas relacionada ao aluno/a com necessidades educativas especiais, mas também o respeito à diferença e a diversidade religiosa, étnica e social. Sendo que, a formação não tem um caráter cumulativo, ou seja, ela não se constrói por acumulação de conhecimentos, mas sim, por meio da reflexão crítica sobre a própria experiência e em interação não só com os outros elementos da comunidade escolar, como também com os outros segmentos da sociedade (CARVALHO *et al.* 1999).

Justificar a necessidade da formação dos profissionais, de acordo com os novos propósitos de atenção à diversidade e integração será o eixo fundamental em torno do qual girarão toda a mudança educacional esperada, principalmente se pensarmos que a formação dos profissionais da educação especial pode ser considerada um espaço de reformulação e reconstrução de todo o processo de mudança educacional (FACÍON, 2008, p. 169).

E assim, possa conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da sua prática, tornando-o mais seguro do seu próprio desempenho (FREIRE, 1996). Por um lado, as mudanças produzidas pela sociedade contemporânea exigem que o professor repense a sua prática pedagógica, reflita sobre a gênese do exercício de sua profissão. Assim como da sua formação inicial, particularmente esse é um exercício que exige uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente.

É relevante elucidar que, se a sociedade busca o princípio da educação democrática que minimize a desigualdade e as injustiças sociais existentes principalmente com relação à educação pública, é preciso enxergar o professor muito mais que um simples reproduzidor do conhecimento. Faz-se necessário dar a ele subsídio que os possibilite de colocar em prática a sua criatividade com o objetivo de resolver, superar e impor-se sobre as situações embaraçosas e incertas que ocorrem no seu espaço de sala de aula.

Para tanto, uma reflexão crítica do professor/a não apenas sobre a sua prática docente, mas na maneira como o sistema educacional lhe impõe desafios de trabalho sem ao menos lhe oferecer condições mínimas, principalmente relacionadas aos alunos com necessidades educativas especiais. Que esta por sua vez, seria a base de um processo de transformações da sua vida pedagógica e pessoal para ampliar seu conhecimento sobre a sua capacidade profissional de reagir às injustiças cometidas no meio educacional.

Na formação continuada do professor, outro eixo importante é o da discussão do projeto político-pedagógico da escola, a elaboração de projetos comuns de trabalho de cada área de interesse do professor, frente a desafios, problemas e necessidades de sua prática. É preciso formar-se para a cooperação. A colaboração, mais que uma estratégia de gestão, é uma filosofia de trabalho. Os sistemas de ensino investem na formação individual (individualista?) e competitiva do professor, quando o mais importante é a formação para um projeto comum de trabalho, a formação política do professor. Mais do que uma formação técnica, a função do professor necessita de uma formação política para exercer com competência a sua profissão (GADOTTI, 2003, p. 05).

Compactuando com o autor, é preciso considerar que uma proposta educativa não existe e nem se efetiva sozinha, isto é, para que tenhamos sucesso em um projeto político pedagógico. Toda a comunidade escolar precisa se unir em busca por uma educação inclusiva emancipadora. Que perpassa diretamente pela coletividade, pela luta contra a desigualdade, mas principalmente com indignação contra a exclusão social, ou seja, é entender a educação como uma prática social e que diretamente implica na formação docente como uma área de interesse social (ROMANOWSKI, 2008).

Investir na formação continuada docente é promover a educabilidade e promoção para que os alunos se tornem sujeitos construtores e transformadores da sua individualidade, da sua subjetividade e do seu próprio meio social. Quando se fala em educação especial, esse é um ponto preponderante para sair do estigma do “coitado” que é imposto ao aluno/a com necessidades educativas especiais, sendo que, quem trabalha com o segmento da educação especial, “sabe que a batalha para a inclusão, precisa acordar o ser humano do assujeitamento homogeneizante a que se submeteu” (Fación, 2008, p. 121). Contudo, criar “condições para a abertura de novos valores (Fación, 2008, p. 121), e estes valores” perpassam diretamente pela maneira como o professor/a concebe o aluno/a com necessidades educativas especiais no espaço de ensino regular.

3. O desafio de ensinar sem diferenciar

Ensinar não é uma das tarefas mais fáceis de responsabilidade do exercício

profissional docente. A diversidade étnica, social e intelectual existentes em uma sala de aula é muito grande e interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Por tudo isso, é preciso que o processo educativo deixe de ser pensado exclusivamente a partir de parâmetros econômicos e produtivos, e passe a ser planejado e executado tendo como base o investimento na formação continuada do professor. Obviamente, na melhoria dos espaços físico e pedagógico em que este profissional atua, bem como na oferta de um sistema educacional público que prime pela qualidade e igualdade de oportunidades, principalmente para os alunos/as com necessidades educativas especiais e aqueles pertencentes às camadas populares mais pobres.

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos. (RODRIGUES, 2006, p. 305-306)

Durante anos, a escola foi uma instituição encarregada de educar sem levar em consideração às necessidades, às especificidades e às diferenças de qualquer natureza, esse fato, fez da escola um dos espaços mais excludentes existentes na sociedade. Trabalhar para mudar esse paradigma foi à luta de grandes pensadores, pesquisadores e intelectuais não apenas do cenário mundial, mas principalmente do cenário brasileiro como Moacir Gadotti, Libâneo, Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, dentre outros contemporâneos que insistiram na tese de que era preciso rever a maneira como se faz e oferece educação pública no Brasil não apenas no ensino regular, mas particularmente para os alunos/as com necessidades educativas especiais.

É notória a deficiente condição de grande parte das escolas públicas até mesmo para as crianças ditas normais, bem como o desprezo que os professores, de modo geral, tem demonstrado no entendimento de quaisquer dificuldades que os alunos apresentem. Fechar os olhos a essas condições e querer seguir ao pé da letra a declaração de Salamanca implica descaso com a real situação das escolas, dos alunos e de professores. Ademais, significa também querer atingir objetivos que, previamente, já se sabe serem muito difíceis de cumprir, a não ser pelo voluntarismo de abnegados professores (LIBÂNEO, 2009, p. 266).

A crise do sistema educacional relacionada ao atendimento dos alunos/as com necessidades educativas especiais, não pode ser resolvida pela escola e muito menos pelo professor. Como já se enfatizou anteriormente, é necessária uma proposta pedagógica pensada, planejada e efetivada de maneira coletiva, ações esporádicas são bem vindas, porém

se tornam paliativas e evidenciam cada vez mais a deficiência do sistema público de educação. Daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de seu engajamento na peleja de seus direitos, sabendo que mudar é difícil, mas é possível, para que assim possa ocorrer a programação da ação político pedagógica, não importando a qual segmento de ensino esteja envolvido (FREIRE, 1996).

O êxito de uma proposta educacional fundamentada num objetivo que ensine respeitando à diferença talvez seja o grande anseio dos professores que têm como papel contribuir para que o educando/a vá sendo o artífice de sua formação. Sendo assim, a escola precisa pensar em um projeto específico de inclusão, eliminando a rigidez curricular, metodológica e avaliativa, bem como a falta de esclarecimento sobre as necessidades educativas especiais do aluno, seja para o professor/a, ou seja, para os demais educandos/as (PAN, 2008).

Assim, o desafio pedagógico do projeto de inclusão deixa de ser uma medida hierárquica imposta pela Secretaria de Educação, passando a ser um projeto pensado e executado pelos professores, coordenadores pedagógicos e gestor/a escolar, no qual todos estarão envolvidos na busca por um processo de ensino e aprendizagem pensado a partir das necessidades dos alunos/as portadores de alguma deficiência. Falar de inclusão emancipadora partindo desse pressuposto de suprimir a desigualdade e a diferença estabelecida entre os alunos pode ser uma forma de estarmos praticando a educação democrática.

A escola deve fornecer a cada indivíduo os meios para participar, plenamente, de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o, simultaneamente, para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização (TEIXEIRA, 1997, p. 86).

É dentro desse aspecto emancipador, enfatizado por Anísio Teixeira, que defendemos uma educação especial sem as amarras de um currículo engessado ou de uma prática pedagógica fundamentado nos princípios da vitimização do aluno com necessidades educativas especiais. Oferecer um processo de ensino voltado para a democratização do espaço de sala de aula, a partir da oferta da igualdade de oportunidades. Com a flexibilização da metodologia e da avaliação escolar modificará a maneira como o próprio educando com necessidades educativas especiais percebe a sua aprendizagem.

Nessa perspectiva, o desafio de ensinar sem diferenciar, perpassa pela assunção de uma educação que aborde o aspecto emocional, ou seja, uma educação da mente profunda que poderia ser chamada de holística ou integral. Além também de incluir um aspecto terapêutico,

pois o desenvolvimento pessoal não pode ser separado do crescimento emocional, e é a nossa maior necessidade evoluir na educação, para que as pessoas sejam o que elas poderiam ser.

A educação é um processo de socialização, portanto, tentar desconstruir as contradições existentes no sistema público de ensino é o primeiro passo para um processo educativo sem diferenciação. O que de acordo com Facón (2008), essas contradições todas existentes foram geradas pelas leis, ao adotar o princípio da inclusão sem um consenso educacional, social, cultural e econômico que o legitimasse, assim, a revisão da maneira como o aluno com necessidades educativas especiais é inserido no sistema regular de ensino. Para isso, precisa-se repensar na oferta de condições didáticas e pedagógicas que o ajude a sistematizar o processo de aprendizagem, e não se esquecendo de dar essas mesmas condições aos demais alunos/as e professores/as da classe regular.

O que se discute aqui é a maneira como o professor/a pode se tornar um importante intermediador de uma proposta educativa que trabalhe para modificar esse quadro de constante diferenciação e conseqüentemente a exclusão no processo de ensino oferecido principalmente nas escolas da rede pública.

De acordo com o pensamento de CARNEIRO;

“A maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais). [...] As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas de ensino regular se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para esses fins” (CARNEIRO, 2011, p. 147-148).

Se não tratarmos o nosso aluno/a com necessidades educativas especiais como potenciais aprendizes, corremos o risco de retardar continuamente essa etapa de sua existência, enquanto indivíduo com limitações. Porém capaz de avançar significativamente quando a ele é lida às mesmas oportunidades de aprendizagem na sala de aula, nesse caso, inseri-lo no espaço escolar sem as corriqueiras práticas assistencialistas ofertadas pelo poder público.

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: “representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado” (SASSAKI, 1997, p. 18).

É evidente a dificuldade encontrada pelo professor/a em tentar efetivar a inclusão no espaço escolar diante de um panorama histórico tão excludente. Nesse sentido Mendes (2004) ressalta que o caminho para essa mudança teria que ser construída a partir do trabalho colaborativo do professor/a do ensino comum com o professor/a especializado, além de equipes multiprofissionais que atuariam, preferencialmente, dentro da escola e da classe comum. Trata-se novamente do que se defendeu anteriormente, isto é, uma proposta educacional pensada e executada de maneira coletiva, em que todos os envolvidos tenham como meta principal o sucesso da aprendizagem do aluno/a, não apenas a aprendizagem empírica, mas a aprendizagem emocional e espiritual.

Para tanto, é preciso haver uma profunda articulação entre o processo de ensino e a relação entre professor/a e os alunos/as, por isso a escola precisa ouvir ambos, o vínculo entre esses dois deve ser consolidado, especialmente quando o aluno/a possui necessidades educativas especiais. Comprometidos com esse objetivo, será comum ensinar sem diferenciar e com menos dificuldades, pois elas não desaparecerão como mágica pelo fato de que à diversidade social, cultural e cognitiva fazem parte do espaço escolar, mas principalmente por estarmos lidando com seres humanos tão cheios de energia e vontade de viver.

O laço entre professor e aluno transforma o ato de ensinar em uma rejeição a qualquer forma de discriminação, permitindo ao educando assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos (FREIRE, 1996). Os procedimentos pedagógicos podem ser diversos, mas o vínculo entre professor e aluno/a deve ser o ponto chave para que aconteça um processo de ensino sem diferenças, especialmente quando na classe regular existe um aluno/a com necessidades educativas especiais.

Os procedimentos pedagógicos podem ser diversos, mas o vínculo entre professor/a e aluno/a deve ser o ponto chave para que aconteça um processo de ensino sem diferenças, especialmente quando na classe regular existe um aluno/a com necessidades educativas especiais:

Fica evidenciado que não é difícil ensinar sem diferenciar e sem excluir, basta apenas que o professor/a tenha consciência de que o processo de ensino não pode ser um ato isolado, apenas de transferência de conhecimento. Mas acontece de maneira dinâmica, envolvendo ações e circunstâncias importantes para que combata a exclusão não apenas dos alunos/as com necessidades educativas especiais, mas de todos os educandos/as que sofrem qualquer tipo de discriminação por não conseguirem ter êxito no seu processo de aprendizagem.

Considerações finais

Não podemos falar em ensinar sem diferenciar quando ainda temos um processo educacional excludente para a maioria dos alunos da rede pública. Dessa maneira, acredita-se que é necessária uma reestruturação física e humana da escola regular para que aí possamos falar que temos um espaço escolar inclusivo.

A pesquisa bibliográfica para realização desse estudo demonstrou o quanto o Brasil ainda caminha a passos lentos quando se trata do processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na sala de aula regular. Professores desmotivados e despreparados para ensinar o aluno com necessidades educativas especiais, espaço escolar sem qualquer condição de infraestrutura para receber esse tipo de aluno. Mas que ainda assim por força da lei precisa recebê-los e assim temos um quadro de exclusão mascarado por um sistema assistencialista.

Desse modo, ressalta-se aqui um processo de ensino em que a diferenciação seja apenas para atender as necessidades do aluno com deficiência, e não um meio para revelar o preconceito do professor e dos demais alunos/as. O que propomos neste texto, é uma maneira de perceber a diferenciação a partir de sua natureza múltipla, isto é, entendendo-a como um pressuposto que irá impedir um processo de ensino e aprendizagem que dá através de um currículo engessado e um sistema avaliativo assistencialista.

Portanto, cabe considerar que toda a proposta educativa precisa ser de caráter coletivo, cabendo à escola trabalhar para que tanto os professores como os alunos/as, sintam-se sujeitos principais do processo de ensino e aprendizagem. Apostar seriamente no ato de ensinar sem diferenciar exige articular um sistema amplo de participação que permita a vinculação dos diferentes agentes educativos que atuam na comunidade escolar, sempre pensando que uma escola inclusiva. Que não seja apenas o fruto da exigência dos documentos legais que regem a educação especial no Brasil, mas todos aqueles que combatem qualquer forma de exclusão social contra qualquer tipo de pessoa.

Referências

BRASIL, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pesquisa da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre as necessidade educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 2000.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**: publicidade e limitações. 3. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, Marlene Araújo de; ALONSO, Myrtes. **Formação continuada de professores e mudança na prática pedagógica.** In: ALONSO, M. (Org.). Prática docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

FACION, Raimundo José. **Inclusão Escolar e suas Implicações.** Curitiba: Ibpex, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** – 8. ed. – 2010 - Nova Ortografia.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho: Ensinar e aprender com sentido.** São Paulo: Grubhas, 2003.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercampo, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos,** Rosangela Gavioli Prieto: Valéria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; WILLIAMS, Lúcia C.A. (Orgs.). **Temas em educação especial: avanços recentes.** São Carlos: EdUFSCAR, p. 221-230, 2004.

PAN, Mirian. **O direito à diferença.** Curitiba: IBPEX, 2008.

RODRIGUES, David. **Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva.** In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, p.299 - 318, 2006.

ROMANOWSKI, Joana Paulín. **Formação e profissionalização docente.** Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1997.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas.** Lisboa: Educa, 1993.